

Como negociar?

D. João VI pode ensinar.

Uma das causas da dificuldade enfrentada pelo Brasil na negociação da dívida externa é a indefinição jurídico-constitucional. De imediato, para resolver este problema, o País deveria definir regras para o Estado parar de se intrometer na economia e, como fez d. João VI, "abrir os portos para as nações amigas".

A análise da crise na economia brasileira foi feita ao **Jornal da Tarde** pelo consultor-geral da República, José Saulo Ramos (foto), que afirmou ter conversado, na Europa, com advogados de grandes bancos, que disseram estar recomendando cautela na assinatura de qualquer tipo de contrato, "porque seu cumprimento não depende do governo: se vier uma ordem constitucional contrária, nós não podemos cumprir".

Segundo o consultor, alguns advogados recomendaram cuidado, já a partir do anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, à qual foi dada grande importância, por ter sido criada por decreto presidencial. "Quando veio a Constituinte, repetindo as declarações de guerra contra o mundo, a posição do Brasil ficou em suspenso", explicou, acrescentando que não entra, neste momento, nem um dólar no Brasil, e que os investimentos estão sendo feitos somente com recursos próprios, "insuficientes para a necessidade do nosso crescimento".



A nova carta constitucional, segundo Saulo Ramos, tem de ser elaborada rapidamente, e da forma mais ajuizada possível. "A nossa soberania está garantida, ninguém vai levar", disse ele, defendendo a idéia da entrada de capital estrangeiro no País, sob o argumento de que uma empresa pode ser nociva e

ser exclusivamente brasileira, como as financeiras que quebraram recentemente. E uma multinacional pode ser honestíssima. "Não é pela nacionalidade que se vai julgar a hipótese de ser honesto ou não", concluiu, afirmando que "o Brasil não precisa ter medo de mais nada; pode receber qualquer tipo de capital".

A solução estaria na garantia, pela Constituição, não só de interesses estrangeiros no País mas também na garantia do livre mercado.

"Com a livre iniciativa, a concorrência, a criatividade é muito maior e o comércio responde, e a troca é mais veloz, os produtos são de melhor qualidade, o preço cai e os empregos crescem. A estatização leva precisamente ao contrário", disse. Para Saulo Ramos, o Estado só deveria intervir na economia em pontos considerados de segurança nacional ou naqueles onde a iniciativa privada não tivesse interesse. Para o consultor, fora da economia de mercado não há salvação para países em desenvolvimento.